

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro – ISSN 2178-6925
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Junho de 2017

O JOGO COOPERATIVO COMO ESTRATEGIA DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Josielle Sousa Fernandes¹, Mary Rose de Souza Neves², Adenilson Mariotti Mattos³
Flamarion Ribeiro de Souza⁴, Janis José Almeida Paixão⁵

Resumo

A presente investigação trata-se de uma reflexão sobre os jogos cooperativos como estratégia de inclusão do aluno deficiente nas aulas de educação física. Ao tomar como objeto os processos relacionados aos jogos cooperativos e inclusão escolar objetiva-se contextualizar as contribuições e as possibilidades de trabalho pedagógico dos jogos cooperativos para a inclusão do aluno deficiente nas aulas de Educação Física da rede pública de ensino. Em termos metodológicos traduz-se em uma perspectiva qualitativa, de natureza básica, exploratória. Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, sendo as buscas nas bases de dados (scielo, acadêmico, dentre outras) sustentadas nos termos: jogos cooperativos, inclusão escolar e educação física escolar. Ao serem trabalhados em sintonia com as dimensões histórico-sociais dos sujeitos, dialogando com princípios de cooperação, participação e respeito às diferenças os jogos cooperativos apresentam-se como uma possibilidade para a inclusão do aluno deficiente na rede regular de ensino.

Palavras-chave: Jogos cooperativos. Inclusão Escolar. Educação Física Escolar.

Abstract

The present research is about a reflection on the cooperative games as a strategy of inclusion of the deficient student in the classes of physical education. When taking as object the processes related to cooperative games and school inclusion aims to contextualize the contributions and possibilities of pedagogical work of cooperative games for the inclusion of the disabled student in the classes of Physical Education of the public school system. In methodological terms it translates into a qualitative

¹ Graduada em Educação Física pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – FUPACTO. e-mail: josiellesousa@hotmail.com

² Graduada em Educação Física pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – FUPACTO. e-mail: maryrosesouza-@hotmail.com. e-mail: josiellesousa@hotmail.com

³ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA, Professor do curso de Pedagogia e Educação Física da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – FUPACTO – e-mail: adenilsonmariotti@yahoo.com.br

⁴ Graduado em Educação Física Pela Universidade Federal de Viçosa, Professor do curso de Educação Física da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – FUPACTO – e-mail: flamarionribeiro@bol.com.br

⁵ Graduado em Educação Física Pela Universidade Federal de Viçosa, Professor do curso de Educação Física da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – FUPACTO – e-mail:

janispaixaomaster@hotmail.com

perspective, of a basic, exploratory nature. As for the objectives, the research can be classified as bibliographical and documentary, being the searches in the data bases (scielo, academic, among others) supported in the terms: cooperative games, school inclusion and physical school education. When working in tune with the social-historical dimensions of the subjects, dialoguing with principles of cooperation, participation and respect for differences cooperative games are presented as a possibility for the inclusion of the disabled student in the regular network of education.

Keywords: Cooperative games. School inclusion. Physical School Education.

1 Introdução

Atualmente, muito se tem refletido sobre práticas e estratégias pedagógicas para a inclusão do aluno deficiente nas aulas de Educação Física, inclusive dos jogos cooperativos como estratégia de inclusão.

De acordo com os Parâmetros curriculares nacionais a Educação Física como cultura corporal de movimento busca desenvolver objetivos, conteúdos, processos de ensino aprendizagem e avaliação por meio da participação. Nesse contexto os jogos cooperativos podem ser tratados como uma estratégia para vivência colaborativa, ao pressupor uma inversão da lógica de alunos aptos e inaptos para a prática da participação de todos (BRASIL, 1997).

Enquanto conteúdo da Educação Física Escolar os jogos cooperativos consistem numa proposta de uma educação transformadora, uma nova alternativa aos modelos competitivistas e tradicionalista de educação (CORREIA, 2006). Essa perspectiva traduz-se numa possibilidade de minimizar a competição como prática exacerbada no contexto da escola que, ao longo de uma trajetória, vem produzindo a exclusão dos alunos menos habilitados.

Quando desenvolvidos por meio de estratégias pedagógicas coerentes, contribuem para construção de uma sociedade inclusiva. Nesse sentido torna-se relevante uma análise dos jogos como conteúdo e método de ensino que promova a inclusão do aluno deficiente no contexto da Educação Física escolar.

Nesse cenário torna-se relevante refletir sobre os jogos cooperativos como estratégia de inclusão do aluno deficiente, objetivando: contextualizar a inclusão do aluno deficiente na rede pública de ensino; conceituar os jogos cooperativos e

inclusão escolar nas aulas de Educação física; evidenciar possibilidades de trabalho pedagógico com os jogos cooperativos. Parte do pressuposto de que os jogos cooperativos ampliam as possibilidades de participação do aluno deficiente ao desenvolver o significado e a importância da cooperação, do respeito às diferenças, valorizando a sua participação, independentemente de ganhar ou perder.

Em termos metodológicos a investigação consistiu em termos de natureza numa pesquisa básica, de caráter qualitativo, exploratório, dialogando com diferentes proposições literárias sobre a inclusão. A partir do diálogo com o conhecimento acumulado são estabelecidas inferências das possibilidades dos jogos cooperativos como fator de inclusão da Educação Física Escolar.

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental. Inicialmente foram identificados artigos e trabalhos disponíveis para a consulta em bases de dados: Google Acadêmico, Scielo, dentre outros, e nos arquivos físicos da biblioteca da Unipac. O sistema de busca considerou as seguintes palavras-chave: jogos cooperativos, inclusão, educação física escolar. Todos os artigos selecionados para pesquisa foram organizados em fichas de leitura exploratória na forma de resumo.

Quanto à concepção que orienta a investigação é sócio interacionista, tomando como fundamentado o jogo cooperativo como uma vivência social do aluno no contexto da escola, da realidade sócio-histórica dos sujeitos.

Espera-se que os conhecimentos sistematizados possam contribuir com o estado da arte, com o conhecimento acumulado sobre o tema, bem como, indicar possibilidades pedagógicas de inclusão do aluno deficiente a partir do jogo cooperativo como um conteúdo curricular de vivência social.

Em termos de estrutura didática num primeiro momento da investigação são analisados os fundamentos da inclusão escolar, seguida da análise do jogo cooperativo como uma vivência social das aulas de Educação Física. Feita a fundamentação legal, num terceiro momento, são estabelecidas inferências da relação dos jogos cooperativos com a inclusão do aluno deficiente.

2 A inclusão do aluno deficiente na rede pública de ensino

A inclusão do aluno deficiente inicia pelo ambiente familiar, sendo importante que o grupo familiar favoreça, desde o primeiro ano de vida, o processo de

socialização da criança e construa estratégia de enfrentamento da segregação e do preconceito. As ações da família são fundamentais para construção dos suportes necessários da vida pessoal e social da criança. Essas experiências assumem um caráter essencial para o ingresso da mesma no ambiente escolar.

Quanto à escola regular a inclusão do aluno deficiente vem sendo postulada desde a Declaração de Salamanca (1994), que reconheceu a necessidade e a urgência da inclusão de crianças, jovens e adultos na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) ao definir a educação especial como uma modalidade de ensino alerta para inclusão do aluno preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Ainda segundo a referida lei o ensino regular como suporte à inclusão escolar do aluno deficiente ou com transtornos globais do desenvolvimento deve promover modificações curriculares em seus métodos, técnicas, recursos educativos e organização escolar. Por meio de professores com especialização e capacitados numa perspectiva inclusiva a escola assume o compromisso de assegurar o direito a igualdade, acesso e permanência de todos, assim como, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, e o saber (BRASIL, 1996).

De acordo com o Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino a inclusão parte do princípio de que todos têm o direito de acesso ao conhecimento, sem nenhuma forma de discriminação. O documento pressupõe uma rede pública estadual de educação orientada pelo reconhecimento dos direitos, respeito às individualidades e valorização da diversidade (MINAS GERAIS, 2013).

A deficiência é conceituada como um impedimento a longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, o aluno pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade . Esse impedimento pode estar associado a um transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação (MINAS GERAIS, 2013). Para esses casos deverão ser pensados serviços especializados, um sistema de suporte, com adaptações físicas, didático-pedagógicas e metodologias de ensino que assegure o acesso aos conteúdos curriculares e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos.

QUADRO 1: Caracterização das deficiências

Deficiência	Tipo	Descrição
Deficiência Visual	Cegueira	Perda da percepção luminosa com ausência total da visão;
	Baixa visão	Comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos;
Deficiência Auditiva-Visual	Surdo-cegueira	Deficiência única, auditiva e visual;
	Auditiva	Perda leve ou moderada da audição;
Deficiência Auditiva	Surdez	Perda da audição;
Deficiência Intelectual	Intelectual	Limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo;
Deficiência Física	Física	Alteração completa/ parcial de um ou mais segmentos do corpo humano;
Deficiência Múltipla	Intelectual/visual/auditiva/ física	Associação de dois ou mais tipos de deficiência;
	Autismo	Déficit na sociabilidade, linguagem comunicativa e flexibilidade cognitiva;
	Síndrome de Rett	Ausência de atividade funcional com as mãos, regressão da fala, e habilidades motoras adquiridas;
	Síndrome de Asper	Alterações formais da linguagem e na interação social;
Transtorno Global de Desenvolvimento	Transtorno Desintegrativo da infância	Perda de funções e capacidades anteriormente adquiridas. Inclui Demência Infantil, Psicose Desintegrativa, Síndrome de Heller e Psicose Simbiótica,
	Altas Habilidades/ Superdotação	Potencial elevado nas diferentes áreas de seu interesse, isoladas ou combinadas entre si;

Fonte: Adaptado Guia de orientação da educação especial Minas Gerais

Para o aluno deficiente, ingressante na rede regular de ensino, deve ser estruturado um Plano de desenvolvimento individual (PDI), elaborado pela(s) equipe(s) pedagógica(s) da escola, desde o início da sua vida escolar como instrumento obrigatório para o acompanhamento do seu desenvolvimento e aprendizagem. O PDI é um documento estruturante da práxis pedagógica da escola, devendo constar na pasta individual do aluno. Em seu processo de construção é

importante o trabalho colaborativo da escola na avaliação diagnóstica do aluno, estabelecendo metas coerentes com as suas necessidades de desenvolvimento.

Ao analisar a trajetória do processo de inclusão das crianças deficientes no ensino regular constata-se que esse ciclo não é linear, sendo marcado por resistências e muitas dificuldades na prática das escolas. Dentre as principais dificuldades podem ser apontadas falta de estrutura física das instituições, falta de formação especializada dos professores, falta de materiais.

Em termos históricos o processo de acesso do aluno deficiente à escola foi inicialmente marcado por práticas pedagógicas segregativas em que os alunos com qualquer tipo de deficiência eram excluídos de uma convivência para a diversidade. Os alunos deficientes estudavam em escolas especiais e/ou classes especiais, formadas pelos pares, não havendo possibilidades de intercambiar qualquer tipo de experiência histórico-social com os alunos denominados “normais”.

Num segundo momento a escola passou a integrar fisicamente o aluno ao ensino regular, ou seja, garantindo ao acesso ao mesmo espaço físico. Por outro lado, nesse contexto era o aluno que deveria se adaptar a escola, não havendo qualquer tipo de modificação do espaço físico, recursos didático-pedagógicos e metodologias de ensino, ocorrendo conseqüentemente, a exclusão.

No contexto mais recente, especialmente a partir da década de 1990, são fortalecidos os estudos e pesquisas sobre a inclusão do aluno na rede regular de ensino. A perspectiva defendida é de adaptações da rede física, modificações na abordagem dos conteúdos curriculares, diversificação dos recursos didáticos-pedagógicos e métodos de ensino, serviços especializados de apoio, como garantia do acesso dos alunos aos conteúdos curriculares e de convivência em uma ambiente marcado pela diversidade (DARIDO 2005, SOLER, 2006).

O pressuposto da inclusão é de um aluno plenamente integrado ao contexto da turma, da escola, dos processos de ensino-aprendizagem, a um ambiente em que o professor cria estratégias para que o aluno aprenda e socialize a experiências com os demais. A inclusão parte de um princípio que todos têm direito ao conhecimento, a educação sem nenhuma discriminação, reconhecendo que a entrada e permanência de um aluno deficiente na rede pública de ensino é assegurada por lei e depende de práticas concretas para sua efetiva realização.

A inclusão educacional demanda de uma pedagogia da diversidade que considerando diferentes possibilidades de aprendizagem e que considere as

experiências humanas no seu contexto de vivência (CARVALHO, 2013). Assim é importante conhecer o aluno, suas possibilidades, limitações para planejar e organizar o trabalho pedagógico, assumindo que cada um tem seu tempo, seu ritmo e estilo de aprendizagem.

Faz-se necessário uma mudança na concepção docente em relação ao aluno deficiente, onde é necessário identificar suas limitações, mas, ao mesmo tempo, as dimensões que potencialmente favorecem o seu desenvolvimento escolar.

3 O jogo cooperativo como conteúdo e estratégia de inclusão do aluno deficiente às aulas de Educação Física

O jogo tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento do aluno, por meio dele, pode-se vivenciar inúmeras formas de aprendizagem. Jogando, o ser humano constrói valores, explora suas possibilidades corporais, interage com outros sujeitos, incrementa seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo. Os jogos cooperativos partem de um princípio pelo qual se joga com os outros e não contra os outros. Tem como objetivo unir o grupo que está participando, superar medos, desafios e obstáculos e não na derrota do outro, desenvolvendo a inclusão, socialização, comunicação (BROTTO, 1999).

Fundamentando em Orlick (1989) é possível resumir as categorias de jogos cooperativos no quadro, a seguir:

QUADRO 2: OS Jogos Cooperativos e seus descritores fundamentais

TIPO DE JOGO COOPERATIVO	DESCRITORES
Sem perdedores	- Os participantes integra uma única equipe. - Objetivam superar objetivos comuns.
Resultado coletivo	- Duas ou mais equipes, forte traço de cooperação. - Objetivam a cooperação dentro de cada equipe e entre cada equipe.
Inversão rodízio	- Os jogadores mudam de lado de acordo com situações preestabeleciadas.
Inversão do goleador	- O jogador que faz o ponto muda de equipe.
Inversão do placar	- Os pontos são marcados para outro time.

Inversão Total	- Tanto o jogador que fez o ponto como o ponto conseguido passa para o outro time.
Semicooperativos	- Os participantes jogam em diferentes posições, que tenham as mesmas condições e possibilidades dentro da situação do jogo. - Todos que querem jogar e recebem o mesmo tempo de jogo
Todos tocam/Todos passam	- A bola deve ser passada entre todos os jogadores do time, para que seja validado o ponto.
Todos marcam ponto	- Para que um time vença, é preciso que todos os jogadores tenham feito pelo menos um ponto.
Todas as posições	- Todos os jogadores passam pelas diferentes posições no jogo.
Passe misto	- A bola deve ser passada, alternadamente, entre meninos e meninas.
Resultado misto	- Os pontos são convertidos, ora por menino, ora por menina.

Fonte:Dados adaptados pelas pesquisadoras de Orlick (1989).

As diferentes categorias de Jogos Cooperativos servem, entre outras funções, para facilitar sua aplicação coerente com o ritmo e as características de um determinado grupo. O jogo cooperativo promove alegria, participação, união, criatividade, respeito mútuo, solidariedade, comunicação e cooperação. É uma perspectiva diferenciada do jogo competitivo, ao tomar a cooperação e participação como contrapondo ao princípio da derrota-vitória, supervalorização das habilidades motoras e exclusão dos “menos habilidosos”.

Diferentemente dos jogos competitivos o objetivo principal dos jogos cooperativos é que todos sejam vencedores a partir vivência individual e coletiva. Pressupõe um percurso diferente, especialmente daquele veiculado pela mídia cuja finalidade é supervalorizar os grupos vencedores, fortalecendo o individualismo e a competição.

Um dos problemas dos jogos competitivos é que ao colocar os indivíduos em situação de rivalidade a aceitação ao grupo fica condicionada ao ganhar ou perder, provocando assim alto nível de angústia e agressividade. Por outro lado, o

principal recurso dos jogos cooperativos são os valores da participação, apoiando-se na solidariedade, confiança, inclusão e cooperação do grupo.

Entende-se que a fundamentação da prática do professor em diferentes jogos cooperativos favorece o processo de inclusão ao possibilitar modificações nos tipos de jogos coerentes com a participação e o reconhecimento das diferenças cognitivas, motoras, sociais, do aluno. Essas modificações devem tomar como referência o PDI de cada aluno de modo a construir percursos educativos pela vivência dos jogos que possibilitem o acesos diferenciados aos conteúdos curriculares da Educação Física consequentemente à aprendizagem.

Os jogos cooperativos é uma perspectiva que pode ser adotada na abordagem de todos os conteúdos curriculares da Educação Física. Apoiando-se nos pressupostos da interdisciplinaridade podem ser trabalhados nas brincadeiras, esportes, ginásticas, lutas, dentre outras. Dessa forma, conforme expressa Soler (2006) o professor deve buscar em suas aulas, as necessidades e capacidades de cada pessoa, para potencializar sua autonomia e independência na vivência dos conteúdos da Educação Física escolar.

Assim a Educação Física Escolar pode utilizar-se de uma nova proposta que visa os jogos cooperativos como abordagem pedagógica, que pode ser trabalhada pelos professores. Então, seu principal objetivo seria para que os alunos vivenciassem situações coletivas cooperativas e a reconhecessem como relevantes para a sua vida dentro e fora da escola e que essas atividades cooperativas trouxessem resultados significativos para as aulas de modo que “O professor deve entender que o lúdico, que é a linguagem infantil, poderá avançar muito mais no aprendizado, já que o que prende uma criança a uma atividade é a alegria e o prazer de brincar. E se conseguir passar tudo que deseja por meio de jogos e brincadeiras, muito melhor” (SOLER, 2009, p. 109).

Há vários tipos de jogos cooperativos que podem ser trabalhados nas aulas de Educação Física, todos visam a inclusão do aluno, minimizando a competição exagerada nas aulas.

É importante refletir com os discentes que a participação no jogo é muito mais do que o resultado (vitória), os jogos cooperativos são ferramentas para que os professores de Educação Física assegurem o desenvolvimento dos seus alunos e a construção de um mundo melhor ao dialogar com valores como respeito mútuo, confiança, trabalho em equipe e formação social.

Segundo Vygotsky (1991) a interação social é um fator decisivo para o desenvolvimento mental, onde as funções cognitivas são aperfeiçoadas. As brincadeiras por meio de jogos estimulam a curiosidade e a autoconfiança, proporcionando o desenvolvimento do pensamento, da concentração, da atenção e da linguagem.

Como dito anteriormente quando bem planejados, e aplicados com objetivos, considerando a idade e as limitações do aluno, os jogos favorecem a construção do conhecimento, ou seja, a aprendizagem e, por consequência, o desenvolvimento da criança.

3.1 Os jogos cooperativos e inclusão escolar

Segundo os Parâmetros curriculares nacionais a Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos de desenvolver suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos portadores de deficiências físicas não podem ser privados das aulas de Educação Física (BRASIL, 1997).

Ainda de acordo com o documento para garantia das condições de segurança, o professor pode fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos deficientes. Uma criança na cadeira de rodas pode participar de uma corrida se for empurrada por outra e, mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo as emoções de uma corrida. Num jogo de futebol, a criança que não deve fazer muito esforço físico pode ficar um tempo no gol, fazer papel de técnico, de árbitro ou mesmo torcer. A aula não precisa se estruturar em função desses alunos, mas o professor pode ser flexível, fazendo as adequações necessárias (BRASIL, 1997).

No quadro a seguir são identificados os termos principais dos jogos cooperativos e sua relação com a inclusão:

QUADRO 3: Princípios dos Jogos Cooperativos e Inclusão Escolar

Princípio do Jogo Cooperativo	Descritores de relação com a inclusão
Princípio da participação	O objetivo não se baseia em ganhar ou perder, mas na participação de todos com uma meta em comum, evitando a exclusão.
Socialização	Proporciona a união dos participantes, sem agressão física respeitando o ritmo de cada

	um.
Amizade	Aprende-se a considerar o outro não como adversário, mas sim como parceiro.
Cooperação	Uma determinada tarefa é cumprida de forma mais eficaz com a ajuda dos vários elementos da equipe
Solidariedade	Colaboração de cada indivíduo do grupo, e o que cada um tem para oferecer no momento da atividade.
Interação social	As ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos a todos, possuem os mesmos objetivos. Evita a eliminação dos mais fracos.
Construção de regras	As regras muitas vezes são reconstruídas ou mais flexíveis de acordo com a habilidade dos participantes.
Desenvolvimento psicomotor	O participante consegue expressar todos os movimentos que são possíveis extrair de seu corpo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e motor por meio de um jogo mais prazeroso, sem tanto medo da derrota.
Desenvolvimento sócio afetivo	Ajuda a minimizar o medo e o sentimento de fracasso transmitindo valores e ajudando a criar laços de afetividade.

Fonte:dados trabalhados pelos autores

Os jogos cooperativos tem a função de fazer com que as crianças, adolescentes e jovens cresçam sabendo o significado e a importância da cooperação, dando ênfase ao coletivo, menos importância ao individualismo, derrota ou vitória. Esses jogos proporcionam ao participante alegria, diversão, pois eles não ficam preocupados em perder, mas em participar, o aluno com o jogo aprende encarar e resolver da melhor maneira situações do cotidiano onde terão que ser tomadas decisões em grupos.

Na perspectiva Vygotskyana as interações sociais contribuem para o desenvolvimento da criança, pois, é nos jogos e brincadeiras que a criança aprende a lidar com situações cotidianas, adquirindo conceitos básicos para formar sua personalidade e vivenciando sentimentos das mais variadas espécies.

4 Considerações finais

Ao analisar os jogos cooperativos como fundamento do processo de inclusão do aluno deficiente constata-se que a rede pública de ensino nos últimos anos sofreu modificações em relação à organização da sua estrutura, funcionamento e metodologia de ensino-aprendizagem, dispondo atualmente da previsão legal de suportes ao aluno deficiente. Contudo, persistem ainda, desafios quanto a adaptação das escolas e formação dos profissionais.

Em tempos históricos houve um deslocamento que perpassou das escolas segregativas, integralistas à inclusão, onde os alunos deficientes passaram a fazer parte da escola regular de ensino, onde são assumidos os desafios de adaptar as escolas ao atendimento das necessidades dos alunos através de modificações curriculares, capacitação de professores, melhoria na estrutura do espaço físico.

Como componente curricular a Educação Física, assim como as outras disciplinas, deve oferecer o princípio da inclusão, onde nenhum aluno poderá ser excluído das aulas, procurando garantir o princípio da diversidade.

Os jogos cooperativos são um forte aliado para a inclusão do aluno deficiente, pois o aluno irá aprender a respeitar as limitações do outro e desenvolver estratégias cooperativas. Ao visar à participação de todos e considerar o aluno em todas as suas dimensões como: física, cognitiva, afetiva e social, o aluno, ampliam as possibilidades de inclusão do aluno deficiente no contexto das aulas de Educação Física.

O professor de educação física deverá modificar ou adaptar o currículo pedagógico visando à participação de todos os alunos nas atividades propostas, tendo como possibilidade os vários tipos de jogos cooperativos, onde cabe a ele definir qual/quais será o mais apropriado para ser trabalhado de acordo com as necessidades dos alunos da turma.

Ademais, os jogos cooperativos poderão ser estratégia de inclusão do aluno deficiente na rede pública de ensino, ao valorizar o conhecimento dos alunos em relação a determinados jogos e brincadeiras mesmo que estas não sejam voltadas para a competição, pois os jogos cooperativos trás essa nova concepção de respeitar as diferenças, uma vez que cada aluno possui suas particularidades e ritmos de aprendizagens diferentes por isso a intervenção na metodologia do professor torna-se de grande importância: a re/construção de regras é um bom exemplo de adaptações que podem ser trabalhadas visando à participação de todo, um jogo bem conhecido tendo como exemplo à queimada, onde o objetivo é

“queimar” todos, os integrantes da equipe adversária tendo ao final uma equipe vencedora, na concepção dos jogos cooperativos esse jogo pode ser reconstruído usando o princípio da inversão, onde aqueles que forem “queimados” passam a integrar a outra equipe possibilitando assim que todos joguem nos dois times, visando uma perspectiva sócio interacionista fortalecendo o reconhecimento das diferenças e construção de estruturas coerentes para as necessidades dos alunos.

Durante a realização da pesquisa constata-se que a educação inclusiva, é um processo que ainda não está pronto e acabado, alguns aspectos relevantes devem ser aprofundados e precisam ser melhorados. Sugere-se para ampliação dos jogos cooperativos e inclusão que os estudos sejam aprofundados por meio de pesquisas empíricas, por meio do desenvolvimento de estratégias experimentais no contexto das escolas.

Referências

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BROTTO, Fábio Ottuzi. **JOGOS COOPERATIVOS: se o importante é competir, o fundamental é cooperar.** Santos (SP): Projeto Cooperação, 1999.

_____, Fábio Ottuzi, **PARA JOGAR UNS COM OS OUTROS E VENCER... JUNTOS!** Disponível em: <http://www.projetocooperacao.com.br/publicacoes/jogos-cooperativos/> Acesso em: 04/04/15.

-----, Fábio Ottuzi, **TIPOS E CATEGORIAS DE JOGOS COOPERATIVOS** – Terry Orlick. Disponível em: <http://www.projetocooperacao.com.br/publicacoes/tipos-e-categorias-dejogos-cooperativos-terry-orlick/> Acesso em: 08/04/15

CORREIA, Marcos Miranda. **TRABALHANDO COM JOGOS COOPERATIVOS.** – Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene C. Andrade. **EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA: implicações para a prática pedagógica** – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Declaração de Salamanca: **PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 02/04/2015

MAFRA, Sônia Regina Corrêa. **O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA INTELLECTUAL, 2008.**

MINAS GERAIS, **GUIA DE ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS, 2013.**

REIS, Andréa Lopes. CARVALHO, Paula Pereira. **ALTERNÂNCIA DE PAPÉIS: um caminho para a inclusão de alunos com TEA na rede regular de ensino 2013.**

ROQUE, Andreia. **JOGOS COOPERATIVOS.** Disponível em:
<http://jogandoecooperando.blogspot.com.br/2011/05/objetivos-dos-jogos-cooperativos>. Acesso em: 25/04/2015

SOLER, Reinaldo. **BRINCANDO E APRENDENDO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL: planos de aula- Rio de Janeiro 2º Edição: Sprint, 2006.**

-----, Reinaldo. **EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: em busca de uma escola plural- Rio de Janeiro 2º Edição: Sprint, 2009.**

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
_____. **PENSAMENTO E LINGUAGEM.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 5ª ed. São Paulo: Ícone, 1994.